

ECONOMIA DO BRASIL

Bárbara Ribeiro
Dinael Santino Ferreira
Eduardo Schmitt
Lucimary Raulino
Olegário José Macedo

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI
Ciências Contábeis (CTB174) – Seminário da Prática I
Dez/2013

RESUMO

Aborda-se nessa pesquisa os principais fatos, números, medidas e tomadas de decisões mais importantes dos governos sobre a economia brasileira. O objetivo principal é mostrar que a economia brasileira sempre passou por altos e baixos, com exceção desta última década, pois não foi fácil para o Brasil chegar neste período de estabilidade econômica. No histórico econômico brasileiro, muitas vezes a economia patinou, devido à falta de controle da inflação, esta mesma foi diversas vezes combatida através de planos e medidas que em primeiro momento pareciam dar certo, porém em curto prazo já voltavam os altos preços. Todavia, existiam outros fatores econômicos que atrapalhavam o Brasil economicamente, mas com o Plano Real, em 1994, a inflação foi controlada. No entanto, devido à dívida internacional, juros altos, desvalorização da moeda, altas taxas de desemprego, o Brasil só veio a conquistar a estabilidade econômica quase uma década depois.

Palavras-chave: Economia. Crise. Estabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Apresentaremos neste trabalho um breve histórico econômico e a situação atual da economia brasileira, suas principais catástrofes econômicas, dificuldades em atingir uma estabilidade e a evolução na economia até chegar aos dias atuais. Discutiremos também os principais fatores que influenciavam a economia e os períodos econômicos relacionados ao período de governo. Também será abordado o que os respectivos governantes fizeram ou deixaram de fazer pela economia brasileira, que medidas obtiveram sucesso e que medidas deram errado.

2 PERÍODO COLONIAL

apenas uma empresa comandada pela sua metrópole (Portugal) e tinha que comprar de Portugal tudo o que precisava para que pudesse sobreviver. Nesse período foram desenvolvidas atividades de subsistência de exportação. “A escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono na nova terra” (FURTADO, 2007, p. 76).

O trabalho livre e assalariado era impossibilitado. Devido à abundância de terra, nenhum trabalhador livre iria trabalhar por um salário “qualquer”, podendo tomar para si um pedaço de terra para produzir para si mesmo. Então, a solução mais lucrativa para os portugueses foi usar a mão de obra escrava trazida da África.

No período colonial, o Brasil era

O extrativismo do Pau Brasil foi a

primeira atividade econômica do país. Devido ao excesso da extração da madeira, ela se tornou escassa, sendo então introduzidos os cultivos de algodão, tabaco, cana-de-açúcar e a mineração. Posteriormente, devido ao baixo preço do açúcar e a pouca quantidade de ouro exportado, o café tornou-se a principal atividade econômica no Brasil.

3 INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Valendo-se de políticas econômicas desenvolvimentistas desde a “Era Vargas”, na década de 1930, o Brasil desenvolveu grande parte de sua infraestrutura em pouco tempo e alcançou elevadas taxas de crescimento econômico. O governo, por muitas vezes, manteve suas contas em desequilíbrio, multiplicando a dívida externa e desencadeando uma grande onda inflacionária.

De acordo com Furtado (2007, p. 64), “o presidente João Goulart tentou implantar as reformas de base (agrária, habitacional, financeira), mas foi impedido pelo golpe militar de 1964. Na tentativa de povoar uma região pouco habitada, em 1967 é criada a Zona Franca de Manaus”.

4 O MILAGRE ECONÔMICO

De acordo com Furtado (2007), o milagre econômico aconteceu de 1969 a 1973, foi quando um crescimento acelerado da indústria gerou empregos e aumentou a renda de muitos trabalhadores, conseqüentemente aumentou o consumo no mercado e o ciclo da economia funcionou muito bem, proporcionando assim o crescimento do país. Entretanto, a industrialização foi centralizada no eixo Rio-São Paulo, impossibilitando o crescimento de outras regiões do país que não receberam a mesma quantia de subsídios e de investimentos do governo. Por exemplo: o Nordeste.

Este fato causou uma grande migração

da população nordestina para o eixo Rio-São Paulo, em busca de melhor qualidade de vida, porém a maioria dessa população que migrava para o eixo Rio-São Paulo não estava preparada para as oportunidades que ali haviam, devido à falta de escolaridade. As cidades também não estavam preparadas e nem tinham capacidade de suportar toda essa população, o que só ampliou os níveis dos problemas que permanecem até hoje, tais como: decadência urbana, favelização, criminalidade, entre outros.

5 RECESSÃO E CRISE MONETÁRIA

“O período de 1981 a 1993 pode ser considerado um dos mais infelizes da história econômica recente” (LANZANA; LOPES, 2009, p. 17). Diante da crise externa severa na década de 80, o governo brasileiro sentiu a necessidade de reduzir os problemas de emprego e realinhar os preços; sendo assim, apresentou modificações importantes na política salarial e taxas de câmbio.

Durante os anos 80, a indústria retrocedeu bastante, causando uma redução no Produto Interno Bruto (PIB), que tinha uma média de crescimento do país em torno de 7%, caindo para 2% na década de 80. Para ajudar a crise, as altas taxas internacionais de juros causaram crescimento da dívida externa, aumentando o déficit.

A dívida interna e a inflação foram ganhando força cada vez mais, sendo assim, a crise foi se instalando no Brasil. Perante toda essa situação, o governo brasileiro desenvolveu diversas tentativas de reformas monetárias. Ex.: Plano Cruzado; Plano Bresser; Plano Collor e Plano Collor II. Todavia, todas as tentativas não tiveram sucesso, resultando em não pagamento de dívidas com credores internacionais, o que causou graves problemas econômicos que perdurariam por anos.

6 PLANO CRUZADO

Foi um plano com propósito de combater a inflação por meio de congelamento de preços e salários. A queda da inflação no primeiro momento causou grande euforia no país. Em fevereiro de 1986, a inflação era de 22,6%. Com o início do plano, a inflação caiu para 1% no mês seguinte. Com o aumento de oferta da moeda, taxas de juros reduzidos e o aumento expressivo do salário real, houve um grande quadro de explosão da demanda com o desabastecimento, enquanto durou o congelamento. Depois do descongelamento, ocorreu a aceleração inflacionária, em junho de 1987. No último mês do Plano Cruzado, a inflação já estava em 25,9% ao mês.

7 PLANO BRESSER

O Plano Bresser tentou conciliar a busca do equilíbrio externo e o combate à inflação. Repetindo a experiência do plano anterior, os preços cederam no primeiro momento, o governo então acabou criando condições necessárias para renegociar o devido com credores externos. Contudo, logo em seguida a inflação começou a subir, devido ao déficit público e à desvalorização cambial.

8 PLANO COLLOR

Em 1989 o país vivia à beira da hiperinflação de 84% e déficit público de 6,9% do PIB. Apesar disso, o setor produtivo não se desestruturou com o PIB, crescendo 3,3%, o setor externo registrando saldo comercial de US\$ 16 bilhões de dólares.

Collor, visando ao bom desempenho do PIB, propunha mudanças radicais na economia, objetivando a curto prazo derrubar a inflação a qualquer preço, aumentando impostos, reduzindo salários do funcionalismo, confiscando a dívida interna e atrasando pagamentos ao setor privado. Todavia, não teve sucesso completo em nenhuma das tentativas.

9 PLANO COLLOR II

Devido ao fracasso do Plano Collor, o governo resolveu adotar o Plano Collor II. Além de um novo congelamento de preços e salários, veio acompanhado de uma forte elevação de tarifas públicas com a política de juros elevados. O resultado foi que a inflação se manteve estável e não baixou durante o ano de 1992, ficando na média de 22 e 24% ao mês. A elevação das tarifas públicas não resultou em aumento de arrecadação, pois as reformas estruturais necessárias para recuperar as políticas fiscais não foram executadas.

10 A ESTABILIDADE ECONÔMICA (1993) - PLANO REAL

“O Plano Real teve por objetivo estabilizar a moeda e recuperar a confiança, atacando as causas básicas da inflação” (BRUM, 2010, p. 482). Foi graças ao Plano Real, anunciado em 7 de dezembro de 1993, que a inflação foi combatida. O país passou a ter um rumo definido em um novo projeto nacional, em base consistente e com possibilidade real de implementação. A execução do Plano Real passou por três fases, a saber:

- Ajuste fiscal: fez parte da preparação, compreendeu o combate de déficits públicos, buscando aproximação entre a receita e as despesas, ou seja, o governo conteve gastos e aumentou a arrecadação.
- A implantação da Unidade Real de Valor (URV): todos os preços passaram a ser fixados em URV, com valor atualizado diariamente. Esta fase intermediária e transitória destinou-se a promover o alinhamento de preços, valores e contratos.
- Implantação do Real: em 1º de julho de 1994 foi lançada a nova moeda, que persiste até hoje, chamada de real, eliminando a “URV”, de acordo com a pesquisa do Instituto de Economia Agrícola (2004). O Real veio para ser uma moeda forte e de poder aquisitivo estável, trouxe expectativa e

compromisso de uma estabilidade econômica. Em todo o período de governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), seu principal compromisso foi a estabilidade econômica. O sucesso do Plano Real dependeu também da sua administração e de seu gerenciamento competente, além da consistência técnica que teve esse governo.

11 ECONOMIA DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o poder em 2003. A primeira medida do governo Lula para melhorar a economia do país foi a criação do Conselho Econômico Social, formado por representantes dos trabalhadores, dos empresários, do governo e outros setores da sociedade.

O governo também rompeu com a política de alinhamento automático com os Estados Unidos e tornou a política externa independente, começou a defender no exterior o interesse do Brasil e dos demais interesses do país de terceiro mundo.

Com o aparecimento da China como parceiro comercial, o governo saneou bases macroeconômicas a custo de um déficit social considerável de risco de marginalização na economia mundial. A economia teve impacto diretamente na política de comércio exterior. A diplomacia brasileira organizou na OMC um grupo com 20 países que iriam implantar uma agenda independente, que liderou o Mercosul, contra a tentativa do governo dos EUA, a área de livre comércio das Américas, deflagrando a constituição em dezembro de 2004.

- Suspendeu o processo de privatização que revigorou no início do ano de 1990.
- O BNDES deixou de financiar as empresas estatais estrangeiras para financiar empresas nacionais.
- O ministro das Minas e Energia recuperou

parte do seu poder no setor energético e suspendeu o processo de privatização.

- A Petrobras criou um programa de plataformas de navios no total de 42, com o objetivo de produção nacional, a maior política importadora. Contudo, a gestão interna financeira continuou subordinada ao FMI.

O governo Lula, no seu primeiro mandato, deu continuidade à política de combate à inflação. Assim, se tirasse a moeda de circulação pelas vias de manutenção dos juros altos, cambial e valorização do Real e o fiscal na contenção dos gastos públicos, resultaria em superávit comercial.

O governo Lula diversificou o comércio exterior e produziu forte aumento das exportações. Houve melhoria no mercado interno, com a distribuição da renda. A partir de 2004 ocorreu incremento no salário real, além de programas sociais que ajudaram as classes menos favorecidas da população. Ex.: Fome Zero: esse programa diminuiu a pobreza em 19,18% no país, baixando de 28,2% em 2003 para 22,77%, segundo o IBGE. Criou-se um aumento de empregos de 8.131 milhões, apesar do aumento de 7.958 milhões de desempregados. Criou-se também o fim na cumulatividade do PIS/COFINS e da CSLL. A extinção da alíquota do PIS/COFINS sobre produtos da cesta básica estimulou o microcrédito produtivo e ampliou os recursos financeiros imobiliários.

O segundo mandato do presidente Lula teve um plano para o crescimento econômico, com investimentos orientais na infraestrutura no país. Esse plano ficou conhecido como PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Estabeleceu-se como objetivo para o PAC a aceleração do crescimento econômico, o aumento de emprego e a melhoria das condições de vida da população. Teve crescimento no PIB de no mínimo 4,5% em 2007 e 5% ao ano, para 2008-2010,

tendo como medidas investimentos, infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financeiro, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e nas medidas fiscais de longo prazo.

A crise de 2007 internacional não foi sentida pelo Brasil, pois ocorreu a existência de superávit comercial de reservas cambiais que blindaram a economia brasileira, de maneira que o PAC continuou sendo executado em sua totalização.

Mesmo com a queda significativa da taxa de juros de 19,75% em setembro de 2005 para 11,25% em outubro de 2007, os juros continuavam altos para padrões internacionais. Entre 2007 e 2008, por decisão do Banco Central, a SELIC volta a subir, de forma a conter a demanda e combater a inflação.

Em 2009 a taxa de juros caiu novamente para 10,25%, e o Brasil continua sendo visto na arena internacional como forte parceiro comercial.

Podemos afirmar que o grande desafio do governo Lula foi a continuidade de índices inflacionários e a busca pelo crescimento econômico sustentável das taxas de juros. No governo Lula a melhoria de vida das classes menos favorecidas obteve relativo êxito, como mostrou o IBGE. Na área internacional, o Brasil superou todos os desafios possíveis, passando a ser respeitado como parceiro, inclusive como negociador dos demais países de terceiro mundo.

12 O GOVERNO DILMA

A presidenta Dilma Rousseff iniciou o seu mandato com uma economia equilibrada de 7,5% ao ano. Esse crescimento elevou o consumo e o poder considerado responsável pelo índice da inflação em 6,5%, mesmo não sendo índice preocupante estabelecido pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). O IBGE divulgou no ano de 2012 o resultado

do PIB de 2011, crescimento de 2,7%. O PIB teve uma participação no setor industrial que recuou 14,6%, antes 16,2% em 2010.

A presidenta Dilma criou o plano “Brasil Maior”, tendo como foco a inovação, o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro. O plano reduz o IPI para fabricantes e a inclusão das indústrias exportadoras de autopeças, aviação e naval. No rol de setores beneficiados na desoneração da folha de pagamento, aliviou a indústria, tendo como objetivo o consumo. Dilma também aumentou a taxa de produtos importados, como os automóveis, impondo barreiras comerciais e tarifárias para proteger a indústria nacional.

Em seu primeiro ano de mandato, Dilma adotou diversas medidas para manter a economia crescendo e um grande volume de crédito e adoção de vários setores para reduzir os tributos, em especial a taxa básica de juros da economia, a taxa SELIC, na redução de juros públicos e a manutenção da poupança.

Na poupança, o governo atrelou a taxa básica de juros à SELIC, substituiu o critério antigo, que é de 6,17% ao ano. Entretanto, a variação da TR mais 70% de taxa SELIC, a taxa de juros chegou a 8,5% ao ano. A SELIC atualmente está fixada em 7,25% ao ano. O governo continuou a baixar os juros, e os grandes investidores, estimulados a migrar para poupança, deixaram de comprar títulos públicos.

Com a redução de juros do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF), a presidenta, no dia 1º de maio de 2012, cobrou mudanças dos bancos produtivos privados, com relação aos juros elevados e sinalização de mudanças com relação ao sistema financeiro e ao Estado brasileiro. Para estimular a economia, Dilma reduziu as taxas de energia elétrica em 2013, de 16,2% para consumidores e 28% para o setor produtivo.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história econômica do país, passamos por um período inflacionário crônico, com tentativas fracassadas de combate de aceleração no ritmo de crescimento dos preços. Na área externa, a crise do petróleo e o aumento dos juros foram fatores que sempre prejudicaram a economia brasileira. Nos dias atuais, podemos dizer que o Brasil vive a melhor época econômica, conseguindo se estabilizar e caminhar rumo ao crescimento.

O que nos comprova são os bons índices econômicos: PIB, renda *per capita*, valorização da moeda, taxa básica de juros, dívida externa, inflação, exportação e importação, e a migração da população que se encontrava em classes sociais baixas, passando para classes sociais médias.

REFERÊNCIAS

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí: Vozes, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. 2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/vertexto.php?codTexto=1363>>. Acesso em: 20 out. 2013.

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira; LOPES, Luiz Martins. **Economia Brasileira: da estabilização ao crescimento**. São Paulo: Atlas, 2009.